 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 038. Famílias em perspectiva: filiação, parentalidades e outras formas de conectividade

Leandro de Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais) - Coordenador/a, Alessandra de Andrade Rinaldi (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - Coordenador/a, Flávio Luiz Tarnovski (Universidade Federal de Mato Grosso) - Debatedor/a Este GT ? motivado pelo cen?rio contempor?neo de controv?rsias p?blicas envolvendo fam?lia, g?nero, sexualidades e direitos. O grupo discutir? a fam?lia enquanto modo de conectividade localizado (modulado por marcadores como gera??o, classe social, religi?o, etc) e enquanto s?mbolo pol?tico disputado. Abordaremos temas como conjugalidades, parentalidades, ado??o e rela?es com a fam?lia de origem, examinando reconfigura?es das conex?es entre p?blico e privado. A proposta ? focalizar nexos entre cen?rios pol?tico-culturais, movimentos sociais, micropol?ticas do cotidiano, intera?es e rela?es de poder em contextos plurais, com aten??o a experi?ncias relativas ao exerc?cio parental entre sujeitos com diferentes orienta?es sexuais e identidades de g?nero. Quais s?o os percursos trilhados por casais (ou por pessoas fora de parceria conjugal) ao construir a filia??o como projeto (ou ao rejeitar e/ou abdicar de filhos preteridos)? Como operam as formas de parentalidade exercidas por pessoas LGBT e sobre pessoas LGBT? De que forma discursos cient?ficos, jur?dicos e pol?ticos t?m abordado estes temas? Ser?o acolhidos estudos que abordem: conflitos, manuten??o de la?os e discursos sobre emo??o no cotidiano da casa e dos grupos dom?sticos; usos pol?ticos da no??o de fam?lia, moralidades e a produ??o de discursos de verdade; produ??o e ruptura de la?os no ?mbito das pr?ticas jur?dicas; enlaces entre fam?lia, direitos sexuais e laicidade do Estado.

Imagos de Família: aproximações e distanciamentos entre homoconjugalidades e o modelo heterocêntrico

Autoria: José Eleonardo Tomé Braga Júnior, Paiva, Antonio Cristian Saraiva

Os primeiros grupos políticos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) que surgiram no Brasil tinham como principal objetivo reunir homossexuais interessados em assumir sua orientação sexual, encontrar pares e afirmar sua homossexualidade. Através dessa autoafirmação, esses grupos promoviam uma politização dos membros e possibilitavam um espaço político de reivindicação coletiva (UZIEL et al, 2006). Uma vez conquistado o lugar de movimento social organizado, os grupos LGBT passaram a discutir e organizar demandas através dos Encontros Brasileiros de Homossexuais (EBHO). Já no 2º EBHO, em 1984, surge a pauta da legalização do “casamento gay” (FACCHINI, 2003). No Poder Legislativo, essa pauta surge por meio do Projeto de Lei 1151/95 que dispunha sobre o reconhecimento de uniões civis entre pessoas do mesmo sexo. Tal projeto motivou vários debates por meio de audiências públicas, com participação de diferentes seguimentos sociais (UZIEL, 1999). Em seguida, com o objetivo de não fazer menção ao desejo de formação de uma família homoafetiva, o projeto foi alterado de modo que tomou um caráter de parceria civil, discorrendo apenas sobre questões patrimoniais e previdenciárias. Mesmo assim não foi votado (UZIEL et al, 2006). Em 2015, foi aprovado o projeto de lei 6583/2013 que coloca em questão o conceito de unidade familiar ao criar o Estatuto da Família. A proposição delimita o núcleo familiar à união de um homem com uma mulher, por meio do casamento ou da união estável, e comunidade formada pelos pais e seus descendentes. Em maio de 2011, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), através do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132, reconheceram a legalidade da união estável formada por casais do mesmo sexo, entendendo que

 ISBN: 978-85-87942-61-6

constitucionalmente não fora coerente limitar este direito conforme o sexo dos cidadãos em questão. Em maio de 2013, sendo 15º país no mundo e o 3° na América Latina, o Brasil passou a legitimar o casamento entre pessoas do mesmo sexo por meio da resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Atravessando essas controversas produções do estado brasileiro, nossa pesquisa procura investigar, a partir de narrativas biográficas (FERRAROTTI, 2013; BERTAUX, 2010; KOFES, 2001), que estratégias as pessoas que vivem a experiência da homoconjugalidade desenvolvem para negociar seu modo de vida com o Estado, a religião, o work, a comunidade onde residem e, ainda, com suas famílias de origem. Em especial, procuramos entender em que medida essas configurações se afastam ou se aproximam de um modelo estético preconcebido que convencionamos chamar de imago de família.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**